

XI ENCONTRO JUTRA

O DIREITO DO TRABALHO DE MÃOS DADAS: A INDISPENSÁVEL SOLIDARIEDADE, SEMPRE.

26 a 27 de março de 2015 | Faculdade de Direito - FOCCA | Olinda, PE

Grupo de Trabalho: O DIREITO COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL E SOLIDÁRIA
(Coordenação: Prof^ª. Ellen Hazzan)

Título do Trabalho: TRABALHO SUBORDINADO: CRISE ESTRUTURAL E NOVAS PERSPECTIVAS

JOÃO CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Rua Jorge de Lima, nº 245, apt. 404 (Dolce) – CEP: 51160-070 – Imbiribeira – Recife, PE

(81) 9298.3917 | joaocarlos_214@hotmail.com

RESUMO

O trabalho subordinado foi consagrado pela doutrina jurídico-trabalhista clássica como centro gravitacional do Direito do Trabalho, sobrepondo-se às demais possibilidades de relações laborais desenvolvidas durante toda a história das civilizações. Este cenário expandiu-se por todo o mundo do trabalho durante o século XX e gerou uma realidade absolutamente fragmentada e precarizante para a classe trabalhadora na era da revolução tecnológica e informacional. O desemprego estrutural tornou-se um quadro irreversível, que compromete por completo o futuro da produção na lógica capitalista e intensifica determinantemente a luta de classes na hierarquizada sociedade burguesa do Estado Liberal. Diante desta conjuntura, questiona-se o sistema hegemônico de produção, fundamentado numa economia que já se comprovou alheia às pautas sociais indispensáveis para o progresso da humanidade. Uma ruptura paradigmática se faz necessária. Contudo, não poderá ser materializada sem levar em consideração a sujeição do trabalho humano ao capital, expressão axiomática do trabalho subordinado. Desse modo, o presente estudo defende a prevalência de um modo de produção anticapitalista, que encontre na autogestão e na economia social ou solidária sua base fundamental para criar condições objetivas rumo à inadiável revolução nas relações de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho subordinado; economia solidária; autogestão.

ABSTRACT

The subordinated work was enshrined by the classic legal and labor doctrine as gravitational Labor Law center, overlapping the other possibilities of labor relations developed throughout the history of civilizations. This scenario has expanded throughout the world of work during the twentieth century and generated an entirely fragmented precarious reality for the working class in the age of technology and information revolution. Structural unemployment has become an irreversible framework which wholly commits the future of production in the capitalist logic and decisively intensifies the class struggle in hierarchical bourgeois society of the Liberal State. Faced with this situation, the hegemonic system of production is questioned, based in an economy that has been demonstrated completely away from the essential social guidelines for the progress of humanity. A paradigmatic rupture is necessary. However, it may not be materialized regardless of the subjection of human labor to capital, axiomatic expression of subordinate work. Hence, this study supports the prevalence of an anti-capitalist mode of production, which finds in self-management and social and solidarity economy its fundamental basis to create objective conditions towards unavoidable revolution in labor relations.

KEYWORDS: Subordinated work; Solidarity Economy; self management.

SOBRE O AUTOR: João Carlos Rodrigues da Silva Filho é graduando do 10º período do curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

TRABALHO SUBORDINADO: CRISE ESTRUTURAL E NOVAS PERSPECTIVAS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O trabalho subordinado está em crise. O diagnóstico não é recente, contudo, e se faz perceber em todas as expressões mais nítidas de um mundo do trabalho fruto do modo de produção que se impôs por sobre a sociedade da pós-modernidade e do capitalismo transnacional.

Ao se analisar as consequências da expansão da economia de mercado e do processo de globalização do capital produtivo, revelam-se estruturalmente afetadas as garantias e conquistas dos trabalhadores face à incontestável devastação do mundo do trabalho, mais sensivelmente perceptíveis no que se refere à subproletarização da classe operária, retrocessos nos direitos trabalhistas e avanço insofismável do desemprego estrutural.

O quadro político e econômico global que se desenrolou a partir do pós-Segunda Guerra Mundial gradativamente obstruiu as vias que representavam a permanência dos avanços e consolidação das conquistas dos trabalhadores, o que tem comprometido a organização e participação política da classe proletária tanto nas vias institucionais quanto no próprio âmago das organizações sindicais e entidades de classe.

A não-observância ao valor imaterial e subjetivo do trabalho humano, permanentemente mercantilizado e subestimado, faz-se perceber sob inúmeros aspectos que configuram a realidade dos ambientes corporativos, onde as potencialidades e particularidades individuais são oportunamente incitadas ou desestimuladas, a fim de que se adequem aos interesses, ao bem comum e ao progresso da empresa capitalista.

Em razão de a realidade que se observa apontar para a desconstrução de todos os pilares fundamentais do trabalho concebido enquanto sujeição humana e valor econômico produtor da mais-valia¹ na economia capitalista, o permanente tensionamento percebido entre

¹ A partir do conceito de mais-valia, MARX (1980, p. 29) desvenda o cerne da relação econômica entre trabalho e capital: “O operário recebe meios de subsistência em troca da sua força de trabalho, mas o capitalista, em troca dos meios de subsistência que dá, recebe trabalho, a atividade produtiva do operário, a força criadora por meio da qual o operário não somente restitui o que consome, como ainda dá ao trabalho acumulado um valor maior do que antes ele tinha. O operário recebe do capitalista uma parte dos meios de subsistência existentes. Para que lhe servem esses meios de subsistência? Para o seu consumo imediato. Mas ao consumir os meios de subsistência, eles deixam de existir para mim, a menos que eu utilize o tempo durante o qual esses meios me garantem a existência para produzir novos meios de subsistência, para criar, pelo trabalho, novos valores que substituem aqueles que se perderam quando os consumi. Mas é precisamente esta nobre força reprodutiva que o operário cede ao capital em troca dos meios de subsistência que recebe. E assim, ao cedê-la, ele a perde”.

os sujeitos históricos envolvidos na luta de classes da sociedade de produção e consumo erguida pelo liberalismo econômico e pelo Estado burguês não deixa dúvidas acerca da necessidade e urgência do rompimento estrutural da lógica mercantilista enquanto fator da sociabilidade humana.

Uma outra concepção da produção e distribuição de riquezas não será capaz de prosperar a longo prazo sem que considere desde sua gênese a atenção à condição humana e social como pedra fundamental das relações interpessoais, tanto no que toca ao mais íntimo valor moral de civilização, quanto no que se refere ao comum e isonômico acesso aos meios produtivos da sociedade.

É em virtude deste contexto insurgente que o presente estudo se pretende a explorar criticamente a subordinação como componente basilar das relações desenvolvidas no âmbito do trabalho humano. Para tanto, busca oferecer elementos a serem debatidos e aprofundados, adotando como norte orientador a busca pela superação do modelo consagrado da submissão da força de trabalho ao capital.

2. ASPECTOS DE UMA CRISE ESTRUTURAL

2.1. *Poder diretivo e o conteúdo ideológico da relação de subordinação laboral*

Um dos fundamentos caracterizadores da subordinação nas relações de emprego é a existência do *poder diretivo*, ou *disciplinar*, como prerrogativa que é outorgada a um dos polos da relação jurídica laboral, o empregador. Tal instituto confere ao empregador a competência para, no desempenho de sua atividade profissional, admitir, assalariar e dirigir a prestação de serviços de seus empregados. Em virtude dessa prerrogativa, legitima-se uma relação de dependência jurídica expressa através da subordinação do empregado à própria relação de emprego. (ANDRADE, 2012, p. 40)

Pode-se destringir o poder diretivo em três aspectos: *poder de organizar*; *poder de fiscalizar*; e *poder hierárquico*. Cada uma dessas faculdades poderá ser utilizada, de acordo com as necessidades enfrentadas pelo empregador. Entretanto, não se trata, por óbvio, de um poder absoluto, que possa ser exercido inconsequentemente. Embora o empregado esteja conceitualmente numa clara posição de desvantagem, proporcionada por sua condição de dependência jurídica, o patrão não dispõe de autoridade para submetê-lo a todas as suas conveniências e interesses.

Indo um pouco mais a fundo neste conceito, invariavelmente virá à tona a problemática que orbita a doutrina clássica no tocante ao trabalho livre/subordinado. Até que ponto o poder disciplinar pode ser exercido pelo sujeito que emprega? Até que ponto o sujeito empregado se sente, ainda que subjetivamente, tolhido pela simples possibilidade de que o poder disciplinar do empregador caia sobre si? Uma vez firmado o contrato individual de trabalho, em que medida o empregado abre mão de sua autonomia para submeter-se a uma relação de emprego? É razoável que essa relação de trabalho seja conceituada como “livre”?

Estudos sociológicos indicam, desde as fases primeiras da instituição do trabalho subordinado, que a relação de emprego consagrada pela sociedade pós-industrial é profundamente carregada de um caráter hierarquicamente opressor. Os mais célebres nomes da sociologia clássica, desde Marx e Engels até Durkheim e Weber, analisaram a organização fabril moderna e caracterizaram-na como um modelo militarizado de organização social.² Em verdade, a própria concepção de subordinação extrapola o âmbito jurídico, passando a atingir, ainda que indiretamente, aspectos outros da vida do trabalhador.

Resta evidente que a capacidade disciplinar atribuída ao empregador por meio do poder diretivo tem como consequência a formação de uma estrutura fabril notadamente opressora, refletindo diretamente na potencialização do poder hierárquico ao qual se submete o trabalhador. O poder disciplinar deixa de representar uma prerrogativa cedida ao empregador para ser a própria expressão de autoridade e rigor militar à qual a classe patronal submete a classe proletária como um todo.

Reginaldo MELHADO (2003, p. 17) argumenta que o poder que se verifica nas relações entre capital e trabalho tem sua origem na distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual, sendo produto do capitalismo. Sustenta sua afirmação questionando a quem cabe o estabelecimento das regras que dirigem a relação laboral, uma vez que “para que a atividade produtiva se realize, é necessária a subordinação dos seus atores a uma determinada ordem – isto é, a um conjunto de normas –, mas a questão a ser ponderada é sobre qual desses atores pode estabelecer esta ordem e em que condições”. (*ibidem*, p. 14)

Para que esta situação de oposição entre classes não existisse, seria necessário, no mínimo, que empregador e empregados dispusessem de iguais condições quando do estabelecimento das regras que irão reger a relação laboral. O entendimento de que apenas um

² Como bem relaciona D'ANGELO, 2014, p. 68-70.

dos sujeitos possa estabelecer tais normas disciplinares aproxima-as inevitavelmente da ideia de punição.

Aldacy Coutinho atenta para o fato de que inexistente qualquer outro negócio jurídico, em se tratando de contratos privados, em que um dos sujeitos contratantes se encontre em uma situação de tamanha supremacia, sendo “titular de um poder punitivo exercido no próprio interesse, com características de unilateralidade, autodeterminação e discricionariedade”. (COUTINHO, 1999, p. 222)

Na opinião da jurista paranaense, a ameaça de punição serve para encobrir a primazia do capital sobre o trabalho. Para a superação da dominação pessoal do trabalhador, faz-se “necessário que o direito deixe de ser o do trabalho, simples elemento de produção e, assim, alienante, um fetichismo, e se constitua como direito ao trabalho, anterior à própria cadeia produtiva e instrumento de outros direitos, um trabalho vivo”. (*ibidem*, p. 232-233).

2.2. A suposta igualdade jurídica

O contrato individual de trabalho estabelece posições antagônicas entre os contratantes: ao empregador, é conferido o exercício do poder disciplinar, enquanto que o empregado aceita subordinar-se juridicamente para que seja efetivada a relação de emprego. O trabalhador, desta forma, aparece como representante de sua própria força de trabalho, que é negociada para se adaptar às necessidades da atividade a ser desempenhada.

A doutrina trabalhista tradicional defende que o indivíduo que se apresenta diante do empregador para vender sua força de trabalho o faz por iniciativa própria. Muito embora ele não possa participar do estabelecimento de grande parte das normas que regerão o contrato de trabalho, a posição dominante compreende que existe uma igualdade jurídica entre os contratantes, posto que, ao passo que o empregado pode dispor e negociar sua “mercadoria” (força de trabalho), o empregador oferece, em troca, o salário que remunera a prestação do serviço.

Essa concepção é uma expressão típica da exploração capitalista, na medida em que a liberdade do trabalhador acaba dando lugar a uma relação mercantil, ficando subordinada à vontade do patrão, refletindo até mesmo no poder coercitivo decorrente da prerrogativa disciplinar de que este dispõe contra aquele.

Ademais, como se sabe, existe uma suposta superioridade jurídica conferida ao trabalhador com o intuito de minimizar os efeitos resultantes da discrepante superioridade econômica do empregador. Acontece que, na prática, essa superioridade não somente não é compensada como também pode se expandir para outros aspectos da vida dos sujeitos envolvidos.³

A militarização posta em prática na organização das fábricas e da classe trabalhadora, no início do processo de industrialização, bem como os sofisticados procedimentos desenvolvidos para maximizar e otimizar a produção, através de técnicas de administração e avaliação de desempenho presentes nas grandes empresas, resultaram em graves consequências, que extrapolam a relação empregatícia.⁴

Ao reforçar o trabalho assalariado enquanto expressão legítima da autonomia da vontade das partes, a doutrina clássica acaba se encerrando em si mesma. Para justificar sua posição, busca conceder uma pseudoigualdade entre empregador e empregado, o que se revela por meio do celebrado *princípio da proteção*.

No entanto, a extrema dependência do trabalhador, em razão da superioridade objetiva e subjetiva de que dispõe o patrão, acaba impossibilitando a superação das diferenças existentes entre as partes, ensejando a reprodução, numa escala mínima, da macroestrutura da sociedade dividida em classes.

Face a isto, ainda se sustenta o discurso clássico que atribui ao trabalho subordinado um papel revolucionário nas relações laborais? O que se percebe, na realidade, é simplesmente a reforma de um sistema de sujeição tão decadente e desumano quanto as etapas anteriores do desenvolvimento da civilização. Esta reforma, levada a cabo a partir da Idade Moderna,

³ COUTINHO (1999, p. 231) explora a questão do controle existente entre os polos da relação de trabalho: “O empregado já está controlado na sua conduta, podendo ser apenado a todo instante com a perda do posto de trabalho. Controlado a partir da fixação da remuneração dentro dos limites e possibilidades econômicas da empresa, subordinado na fixação do lucro, na maximização, disciplinado pela necessidade de atendimento à produção, pela otimização, controlado no seu tempo e no seu corpo. Controle no corpo pela necessidade de que o empregado seja qualificado, detenha o conhecimento preciso para desempenho das tarefas. Controle no seu tempo, à medida que não somente durante a jornada está à disposição do empregador, senão ainda durante o descanso, não podendo conduzir-se em contrariedade ao bom nome da empresa, devendo pensar como melhorar a cadeia produtiva, agir sempre pela empresa. Socialmente o homem é estigmatizado e controlado pelo que faz, o que produz, como produz, o que ganha pelo que produz.”

⁴ D'ANGELO (2014, p. 75) atribui ao trabalho subordinado a essência da questão: “[...] a coação econômica e psicológica que se desenvolve na relação de emprego e desencadeia transtornos físico-psíquicos podem ser encontrados em todas as etapas históricas do desenvolvimento da moderna sociedade – desde o seu nascimento aos dias atuais. Não é por acaso que há, na atualidade, uma vasta bibliografia sobre danos morais e assédio moral. E quanto mais se estuda sobre esses temas, mais essas deformações aparecem. Elas não podem ser adequadamente estudadas se não se buscar a verdadeira causa: o trabalho subordinado.”

possibilitou a tomada de poder da classe burguesa, substituindo o Absolutismo Monárquico pelo Estado Liberal Burguês, em que as potencialidades individuais foram elevadas a categorias superiores para fortalecer as bases do modo capitalista de produção de riquezas.

É neste sentido que se confirma a assimetria presente entre os sujeitos da relação jurídica de emprego, cujos efeitos são impossíveis de eliminar sem a superação do modelo estabelecido do trabalho livre e subordinado. Diante de todos os aspectos intrínsecos que configuram o conteúdo ideológico da subordinação, vê-se que esse rompimento paradigmático é tão estrutural e profundamente necessário quanto urgente.

2.3. A nova configuração do trabalho humano e da classe operária

É inquestionável, para quem quer que se proponha a uma leitura crítica da dogmática jurídica, a reconfiguração do mundo do trabalho face às graves fissuras proporcionadas, por exemplo, pelo desemprego estrutural, precarização e subproletarização.

Por se tratar de uma questão estruturalmente fundamentada, a doutrina contra-hegemônica tem se ocupado de explorar os mais amplos sentidos do trabalho humano, em busca de alternativas que possam criar condições objetivas para uma ruptura também estrutural nas relações de trabalho.

Tornaram-se evidentes as limitações do modo de produção capitalista ao se deparar com as pautas emancipatórias exigidas pelos mais progressistas sujeitos políticos do tempo presente. Ganha notoriedade a possibilidade do trabalho enquanto promotor de igualdade e justiça social, visto que as relações consagradas pelo liberalismo econômico não são capazes de superar o enorme abismo que separa quem vende a sua força de trabalho de quem pode apropriar-se do trabalho alheio para produzir riquezas para si.

Um ponto crucial para um ensaio acerca das novas perspectivas para o trabalho humano é a compreensão das metamorfoses que a classe trabalhadora sofreu desde seu surgimento histórico até os desafios postos pela revolução tecnológica e informacional, bem como pela reestruturação do capitalismo na chamada pós-modernidade.

Hoje, o que se nota é que o trabalho subordinado, nos moldes tradicionais, já não representa a maior parte da população economicamente ativa, como fora imaginado à época do estabelecimento do Estado de bem-estar social, tendo o pleno emprego como objetivo. Pelo

contrário: com o definhamento das promessas do liberalismo econômico, o que sobrou para a grande maioria da população foi um mundo do trabalho extremamente fragmentado e volátil.

Por outro lado, a fragilidade da classe proletária frente ao avanço do capital gerou uma infinidade de fenômenos que a reconfiguraram, passando a englobar outras possibilidades nessa “classe-que-vive-do-trabalho”, nos dizeres de Ricardo Antunes:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos McDonald's, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2009, p. 103-104)

Importante ter em conta que este “sistema de metabolismo social do capital”⁵ é o resultado de um processo histórico desenvolvido no sentido de que se estruturassem as divisões sociais que fundamentam a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Desta forma, faz-se necessária a compreensão do trabalho, bem como da classe trabalhadora, sob uma ótica global, vez que é este o cenário consolidado na geopolítica do início do século XXI:

Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais *transnacionais*, embora a internacionalização da cadeia produtiva não tenha, até o presente, gerado uma resposta *internacional* por parte da classe trabalhadora, que ainda se mantém predominantemente em sua estruturação nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. Com a reconfiguração, tanto do *espaço* quanto do *tempo* de produção, dada pelo sistema global do capital, há um processo de *re-territorialização* e também de *desterritorialização*. Novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, além de cada vez mais as fábricas serem *mundializadas*, como a indústria automotiva, onde os carros *mundiais* praticamente substituem o carro nacional. (*ibidem*, p. 115)

Na sociedade pós-moderna, o trabalho lida diretamente com atributos como poder e autoridade, razão pela qual a condição humana do trabalhador deve ser permanentemente priorizada, sob pena de que os conflitos sociais se intensifiquem indeterminadamente. A busca por novos sentidos para o trabalho humano passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento do trabalho de fato livre, autônomo, emancipado. Um trabalho que permita que o trabalhador se identifique com sua atividade produtiva, se reconheça no desempenho de suas habilidades laborais.

⁵ A este respeito, ver ANDRADE, 2012, p. 44.

Para se renovar e resistir, a solidariedade internacional entre os trabalhadores não pode ser desarticulada pela ação destrutiva do capital financeiro mundial⁶. Algumas alternativas a este modo de produção ontologicamente injusto e desigual, ainda isoladas e em menores proporções, prosperam e comprovam a força da capacidade de organização das classes oprimidas na superação dos paradigmas fixados pelo *status quo*.

A um só tempo, todos os pilares fundamentais da civilização ocidental parecem ruir, sinalizando o esgotamento de um modelo social envelhecido e obsoleto, de privilégios de classe e brutal desigualdade. O fator trabalho é sem dúvidas um dos indicadores mais fortes do colapso das estruturas que sustentam este decrépito sistema, por ser uma das expressões centrais da sociabilidade humana. E é neste sentido, social e humano, que o futuro do trabalho parece traçar seu caminho.

3. O DIREITO COLETIVO NA SUPERAÇÃO DO PARADIGMA DO TRABALHO SUBORDINADO

3.1. *Novas perspectivas para a produção anticapitalista*

Em razão do agravamento de todos os problemas decorrentes da relação entre *trabalho x capital*, novas propostas surgem, no campo do Direito do Trabalho, a fim de que as crises do paradigma do trabalho subordinado sejam sobrepujadas, ou, ao menos, atenuadas. Fala-se em *empregabilidade, empreendedorismo, parassubordinação, flexissegurança*.⁷ O que se observa, porém, é que tais artifícios de mercado não servem a interesses outros senão à permanência indelével da condição humana submetida à hegemonia do grande capital, sendo a força de trabalho humana mero produto, comercializado a fim de que se possa garantir condições materiais para uma vida digna, absolutamente apartada do trabalho em si. O trabalho subordinado não significa, portanto, muito além de uma “fonte de renda”.

Por outro lado, descortinam-se formas alternativas de organização social baseadas em sistemas de recursos, em detrimento das relações estritamente monetárias. Com o advento das lutas sociais e dos movimentos emancipatórios, herança político-cultural-social contra-hegemônica dos conflitos que, vez ou outra, insurgem, questionando o *status quo*, desde a

⁶ Ricardo ANTUNES (2009, p. 221-223) em artigo publicado em 1998 na revista *Latin American Perspectives*, oferece alguns preciosos pontos para debate sobre o “*Socialismo no mundo do trabalho e na América Latina*”.

⁷ Ver “*A ambivalência da doutrina clássica e as tentativas para contornar a crise do contrato individual de trabalho*” (D’ANGELO, 2014, p. 47-59).

Primavera dos Povos - na Europa -, passando por todo o século XX - já em escala global -, resta evidente que se aproxima um momento histórico de rompimento desse paradigma produtivo.

Desde o início do século passado, com a institucionalização das organizações de operários, o amadurecimento intelectual e estratégico da compreensão acerca da luta de classes e o desenvolvimento de novos modos de produção, também o trabalho subordinado apresenta sintomas de esgotamento. Muito embora tenha o Direito do Trabalho se referenciado na estrutura produtiva baseada no trabalho subordinado, não pode fechar os olhos para o fático desemprego estrutural, a evidente precarização do trabalho humano, bem como para o surgimento de novas possibilidades de trabalho, renda e geração de riquezas, por meio de uma abordagem mais humanizada e menos patrimonialista das relações interpessoais.

Diante da subproletarização da classe trabalhadora, o trabalho tal qual é conhecido e estudado, notadamente sob a ótica jurídica, vem constantemente apresentando evidências de graves problemas crônicos. Em muitos países, dentre eles potências capitalistas fundamentadas na social-democracia, como Alemanha, França, Suécia e Dinamarca, a subordinação laboral vem se enfraquecendo, dando espaço para novos contratos de trabalho, mais flexíveis e, de fato, pessoais.⁸

O presente estudo tem por objetivo propor a observância a novas ferramentas e possibilidades no que concerne à superação do paradigma do trabalho subordinado como referência central do direito do trabalho.

Mais do que isso, procura questionar a própria estrutura sobre a qual estão erguidas e abalizadas todas as relações laborais que reproduzem a lógica de sujeição do trabalho humano ao capital. Compreendendo esta problemática como ponto essencial para a necessária “redescoberta democrática do trabalho, como exigência *sine qua non* da construção da economia enquanto alternativa de sociabilidade democrática” (ANDRADE, 2012, p. 43), faz-se necessária uma especial atenção à economia social ou solidária como alternativa não-mercantilista de ruptura das bases sólidas que sustentam o modo de produção capitalista.

⁸ Fernanda Barreto LIRA (2009, p. 140) aborda alternativas de relação laboral que contribuem significativamente para a “quebra do paradigma do trabalho subordinado”: “Além disso, há uma variedade de opções de emprego e rendas a modificar por completo a cultura tradicional do trabalho e produzir – como já foi bastante evidenciado – uma verdadeira metamorfose. São exemplos o cooperativismo, as empresas de economia social, de economia informal; também a sociedade do ócio, com suas formas criativas de trabalho, a economia solidária – suas propostas de geração de renda para fazer frente ao liberalismo –, o movimento kibutziano de Israel; os LETS (Local Employment and Trading Systems), no Canadá; os ESOPs (Employee Stock Ownership Plans), nos Estados Unidos; as TEAGs (Asociación Nacional de los Trabajadores de las Empresas Autogeneradas); o voluntariado, com ampliação internacional, o movimento dos ‘Sem Terra’, no Brasil, e tantos outros.”

3.2. Economia solidária e autogestão

A economia solidária se caracteriza fundamentalmente como a resposta de trabalhadores marginalizados ou excluídos do processo de produção capitalista à constante disparidade social proporcionada pela lógica do capital, que necessita manter um exército de reserva dos trabalhadores, sem o qual não seria capaz de conceber sua desigual estruturação da sociedade:

Tornou-se característica do capitalismo o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado, ou seja, do que Marx conceituou como a perpetuação dum “exército industrial de reserva”. Neste ponto, o capitalismo se distingue dos demais modos de produção. A razão de ser do desemprego como elemento estrutural do capitalismo deriva diretamente do antagonismo entre compradores e vendedores da força de trabalho. Aos compradores – as empresas capitalistas – interessa que haja concorrência entre os vendedores para que o custo caia; aos trabalhadores obviamente interessa o contrário. (SINGER; SOUZA, 2000, p. 12)

O economista brasileiro Paul Singer atribui a autores da corrente ideológica denominada “socialismo utópico”, notadamente Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, algumas contribuições que foram essenciais para o desenvolvimento das bases deste modo alternativo de produção, muito embora ele se caracterize por ser “uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo”⁹.

Pode-se definir a economia solidária através de três dimensões: *economicamente*, é norteada pela autogestão, sendo todos os integrantes do empreendimento, a um só tempo, trabalhadores e donos; *culturalmente*, propõe-se a alterar o modo de consumir e produzir na sociedade, modificando o paradigma da competição para o da cooperação; e *politicamente*, enquanto movimento social, pautando um desenvolvimento a partir dos valores da solidariedade, democracia, preservação ambiental e dos direitos humanos¹⁰.

A concepção da economia solidária é fortemente marcada pela rejeição à subordinação nas relações de trabalho, bem como a todas as implicações daí decorrentes: hierarquização da produção; poder disciplinar como faculdade exclusiva do empregador; dependência jurídica, econômica e psicológica dos empregados; concentração dos lucros auferidos na figura do empresário capitalista etc.

⁹ A este respeito, SINGER; SOUZA, 2000, p. 13 e, ainda, LIRA, 2009, p. 29-37.

¹⁰ A *Campanha pela Lei da Economia Solidária* dispõe de uma plataforma virtual, mantida pelo FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que reúne informações acerca da temática. Ver: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>> e <<http://www.fbes.org.br/>>

Sua formatação tem início ainda no século XIX, quando as primeiras associações de produtores começam a se estabelecer, a princípio isoladamente, mas, em seguida, coletivamente, criando pequenas empresas em que a produção era socializada. Diante da conjuntura histórica de degradação social promovida pelo capitalismo industrial nascente, operários e artesãos organizam-se para fornecer uma estrutura capaz de dar-lhes autonomia e robustez frente às grandes indústrias. Estes produtores e trabalhadores assalariados criam fundos monetários e cooperativas de consumo e habitação que garantem a continuação da produção solidária.

Durante todo o desenvolvimento do capitalismo, a economia social esteve presente, sempre à margem da produção majoritária. Mas foi a partir da década de 1970, com o fim do *welfare state*, a expansão do neoliberalismo e a subsequente crise no mundo do trabalho, que ganharam força as cooperativas que se organizavam de modo solidário. (D'ANGELO, 2014, p. 82)

O aspecto fundamental da produção através da economia social, e principal meio de contraposição à prática da subordinação laboral, é a gestão democrática das empresas que assim se organizam. Os empreendimentos de economia solidária se estruturam de tal forma que possam suprimir ao máximo a hierarquização de sua administração, desenvolvendo métodos que viabilizem uma ampla e democrática participação de todos os produtores e trabalhadores associados.

Desta forma, através da autogestão, os eventuais conflitos de interesse podem ser abertamente discutidos até que se chegue a uma solução coletiva e transparente, rompendo com a verticalidade própria de organizações capitalistas tradicionais, e, por conseguinte, eliminando ou atenuando consideravelmente a separação entre a classe dos trabalhadores e a classe dos patrões.

Naturalmente, empreender um modo de produção no qual a horizontalidade seja um princípio gera dificuldades típicas de organizações contra-hegemônicas. As decisões coletivas em geral levam mais tempo, o que pode obstaculizar a competição destas empresas face ao sistema macroeconômico da economia de mercado. No entanto, a prática tem demonstrado que as tomadas de decisão mais importantes e estratégicas não se dão de maneira imediata, havendo tempo suficiente para que a organização solidária considere as diferentes opiniões até chegar a uma solução de fato participativa.

Neste sentido, é importante observar que a prática horizontal de gestão das empresas de economia solidária afasta a “autoridade” de que os empregadores são investidos nas empresas capitalistas. Em virtude deste fato, as decisões tendem a ser mais criteriosas, vez que são de responsabilidade comum de trabalhadores e produtores, os quais irão sofrer consequências semelhantes entre si. A propriedade comum dos meios de produção e do capital, bem como o respeito às liberdades individuais dos cooperados, são elementos indispensáveis na configuração das organizações de economia social.

Por estarem inseridas em uma lógica gerencial e econômica absolutamente antagônica àquela à qual se propõem, as empresas solidárias necessitam, via de regra, de estruturas e incentivos que lhes permitam competir com o mercado tradicional sem perder de vista suas bases e seus objetivos enquanto agentes da quebra da relação exploratória entre capital e trabalho:

Quando uma nova empresa *solidária* surge, a sua estruturação segue uma lógica completamente diferente. Em sua origem há em geral uma comunidade formada por ex-empregados duma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias etc. [...] Uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção *contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho*. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG) etc. (SINGER; SOUZA, 2000, p. 21-22)

É recorrente o fato de que, à medida que experiências anticapitalistas começam a prosperar, tendem a se acomodar a estruturas fornecidas pela sociedade burguesa, comprometendo ou limitando sua atividade, ainda que involuntariamente, por questões muitas vezes práticas.

Em se tratando dos empreendimentos de economia social, a principal controvérsia gira em torno da adoção ou não da autogestão como forma de organização das instituições que se propõem a uma produção solidária. Apesar de o anticapitalismo representar um alicerce da economia solidária, grande parte dos empreendimentos encontra dificuldades para conseguir competir com o modo de produção hegemônico eliminando por completo o capital de sua organização.

No entanto, a despeito da aparente inviabilidade logística de experiências de economia solidária organizadas através da autogestão, há que se considerar que se trata de

experimentos que vão de encontro a um sistema macroeconômico absolutamente oposto àquele ao qual se dedicam. Singer¹¹ desmistifica alguns paradoxos:

É comum ouvir que a economia solidária apenas compete com o capital mas não o elimina, pelo menos de imediato; portanto, nada de fundamental mudou. A conclusão é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro, porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona. [...] Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e portanto de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva. (*ibidem*, p. 18)

4. CONCLUSÃO

Conforme defendido no presente estudo, o universo do trabalho humano passa por uma reconfiguração substancial de suas relações. A doutrina clássica, que ainda concentra sua produção na obsoleta distopia representada pela relação de trabalho subordinado, expressão inafastável da sujeição da força de trabalho ao capital, não consegue – ou não quer – enxergar além da mera mercantilização da potencialidade humana, o que faz dela inevitavelmente limitada.

É perceptível que outros campos do conhecimento, mais especificamente das ciências sociais, têm abordado o trabalho humano sob uma ótica crítica e questionadora. O direito, por sua vez, mantém-se majoritariamente atado ao estudo da dogmática jurídica, do direito positivado, confirmando sua inaptidão em acompanhar a dinâmica social da era da revolução tecnológica e informacional.

Em virtude dessa mesma dificuldade, o direito do trabalho se nega insistentemente a dialogar com outras ciências, sem as quais é provável que permaneça estático e ultrapassado. Para se compreender a sociedade da (pós-)modernidade é necessário revelar suas estruturas, suas fragilidades, seus equívocos e suas contribuições para o futuro.

¹¹ A esse respeito, o referido autor aponta exemplos de sucesso de cooperativas que se impõem contra a hegemonia do neoliberalismo econômico, tais como o Complexo Cooperativo de Mondragón, “integrado por mais de cem cooperativas de produção, que conta com um grande banco (Caja Laboral Popular), uma das maiores redes de supermercados da Espanha, uma universidade e diversas cooperativas de investigação tecnológica”. (SINGER; SOUZA, 2000, p. 24)

O trabalho subordinado, antes símbolo de humanidade e justiça, tornou-se reflexo das estruturas corroídas da sociedade pós-industrial. José Soares Filho propõe uma nova abordagem do direito do trabalho, mais social e humano:

Preconiza-se, outrossim, um novo modelo de Direito do Trabalho – o Direito Personalista do Trabalho –, que tenha como “centro nuclear” o homem enquanto pessoa, valendo no trabalhador sua condição de ser humano, acima de suas dimensões de produtor e consumidor. Seu fundamento é o princípio de participação, na busca – dentro e fora da empresa – de instituições de cooperação, que requerem uma participação coletiva. É a humanização desse direito. (SOARES FILHO, 2007, p. 192-193)

Essa reformulação passa indubitavelmente pela instituição de novas relações que possam enfim romper com a subordinação enquanto referência do trabalho humano. Os parâmetros de produção e consumo, absolutamente incompatíveis com as reais necessidades da humanidade e com a disponibilidade da natureza, correspondem diretamente à maneira esquizofrênica com que construímos nossa civilização, cada vez mais enferma. A estrutura e o conteúdo ideológico que conferem legitimidade à submissão do trabalho humano ao modo capitalista de produção e distribuição de riquezas já não podem ser dissimulados.

Neste contexto, e em consonância com os sentidos mais emancipatórios do trabalho e da luta da classe trabalhadora, faz-se urgente que sejam criadas condições objetivas para a revolução das relações laborais, por meio da ruptura do paradigma estabelecido. Entendendo a economia solidária e a autogestão como instrumentos capazes de contribuir para a desconstrução da divisão da sociedade em classes, e considerando que, enquanto houver tal divisão, haverá subordinação e exploração do homem pelo homem, reafirma-se a necessidade da superação definitiva deste sistema de submissão do trabalho humano ao capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica**: os sentidos do trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. Ano 78 – nº 3 – p. 37-63. Brasília: jul/set 2012;

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009;

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Poder punitivo trabalhista**. São Paulo: LTr, 1999;

D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **A subordinação no direito do trabalho**: para ampliar os cânones da proteção a partir da economia social e solidária. São Paulo: LTr, 2014;

LIRA, Fernanda Barreto. **A greve e os novos movimentos sociais**: para além da dogmática jurídica e da doutrina da OIT. São Paulo: LTr, 2009;

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1980;

MELHADO, Reginaldo. **Poder e sujeição**: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação. São Paulo: LTr, 2003;

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Org.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000;

SOARES FILHO, José. **Sociedade pós-industrial**: e os impactos da globalização na sociedade, no trabalho, na economia e no Estado. Curitiba: Juruá, 2007.